



<b>書名:</b>	《民事訴訟法教程》
<b>Título:</b>	Manual de Direito Processual Civil
<b>出版語言:</b>	葡文
<b>Edição:</b>	Portuguesa
<b>作者:</b>	Viriato Manuel Pinheiro de Lima
<b>Autor:</b>	Viriato Manuel Pinheiro de Lima
<b>出版:</b>	法律及司法培訓中心
<b>Editor:</b>	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
<b>封面:</b>	印務局
<b>Capa:</b>	Imprensa Oficial
<b>排版及印刷:</b>	印務局
<b>Composição e impressão:</b>	Imprensa Oficial
<b>發行量:</b>	500 本
<b>Tiragem:</b>	500 exemplares
<b>出版日期:</b>	2005 年 6 月
<b>Data de edição:</b>	Junho de 2005
<b>國際書號:</b>	
<b>ISBN:</b>	99937-828-2-3

## **NOTA PRÉVIA**

Este manual constitui o texto das sessões ministradas por mim, na disciplina de Processo Civil, no curso de formação de magistrados, que decorreu no Centro de Formação Jurídica e Judiciária em 2003/2004.

Procurei fornecer aos formandos um conjunto de informações sobre o estado da doutrina e da jurisprudência relativamente às principais questões com que os práticos do Direito - particularmente os juízes - se deparam na área do processo declarativo.

Espero que o texto possa ser útil aos que, em Macau, exercem profissões forenses.

Viriato Manuel Pinheiro de Lima

# ÍNDICE

<b>1. CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	1
1.1. Direito e acção .....	1
1.2. Autodefesa .....	1
1.3. O processo como relação jurídica .....	2
1.4. Os tribunais como órgãos do estado de direito .....	3
<b>2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL</b> .....	5
2.1. Princípio dispositivo .....	5
2.2. Princípio do contraditório .....	15
2.3. Princípio da cooperação .....	19
2.4. Princípio da igualdade das partes .....	23
2.5. Princípio da eventualidade ou preclusão .....	27
2.6. Princípio da aquisição processual .....	30
2.7. Princípio da legalidade das formas processuais .....	32
2.8. Princípio da adequação formal .....	32
2.9. Princípio da autoresponsabilidade das partes .....	35
2.10. Princípio da livre apreciação das provas .....	36
2.11. Princípio da imediação .....	37
2.12. Princípios da economia e da celeridade processuais .....	37
<b>3. DA ACÇÃO</b> .....	39
3.1. As espécies de acções .....	39
3.2. Formas de processo .....	47
3.3. O carácter paradigmático do processo de declaração ordinário (art. 372.º, n.º 1) .....	53
3.4. Fases do processo ordinário de declaração .....	54
3.5. Prazos .....	56

3.5.1.	Noção e espécies de prazos .....	56
3.5.2.	Cômputo do prazo .....	61
3.5.3.	Prorrogação do prazo por acordo das partes .....	64
3.5.4.	Prorrogação do prazo para apresentação da contestação e dos articulados subsequentes.....	65
3.5.4.1.	Prorrogação a requerimento das partes .....	65
3.5.4.2.	Prorrogação automática do prazo da contestação .....	68
3.5.5.	Prática do acto fora do prazo em caso de justo impedimento.....	69
3.5.6.	Prática do acto nos três dias úteis seguintes ao fim do prazo .....	74
<b>4.</b>	<b>A LEI PROCESSUAL .....</b>	<b>91</b>
4.1.	Interpretação e integração da lei processual .....	91
4.2.	Aplicação da lei processual no tempo. Princípios gerais .....	91
4.2.1.	As disposições transitórias do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 55/99/M, de 8.10 e do art. 72.º da LBOJ .....	93
4.2.2.	Aplicações .....	96
4.2.2.1.	Leis sobre competência dos tribunais .....	96
4.2.2.2.	Leis sobre pressupostos processuais .....	97
4.2.2.3.	Leis sobre o formalismo processual .....	97
4.2.2.4.	Leis sobre recursos .....	98
4.2.2.5.	Leis sobre alçadas .....	99
4.2.2.6.	Leis sobre prazos .....	99
4.2.2.7.	Leis sobre provas .....	100
<b>5.</b>	<b>ARTICULADOS .....</b>	<b>103</b>
<b>6.</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL (em especial no processo ordinário) .</b>	<b>107</b>
6.1.	Elaboração e conteúdo .....	107

6.2.	Apresentação na secretaria.....	115
6.3.	Distribuição.....	119
6.4.	Autuação.....	121
6.5.	Preparo inicial.....	121
6.6.	Valor da causa.....	122
<b>7.</b>	<b>DESPACHO LIMINAR.....</b>	<b>127</b>
7.1.	Despacho de indeferimento liminar.....	128
7.1.1.	Ineptidão da petição inicial.....	129
7.1.1.1.	Casos de ineptidão.....	129
7.1.1.2.	O pedido.....	129
7.1.1.3.	A causa de pedir.....	148
7.1.1.4.	Casos de ineptidão da petição inicial.....	152
7.1.1.5.	Consequência da ineptidão da petição inicial.....	157
7.1.1.6.	Sanação da ineptidão da petição inicial.....	158
7.1.2.	Competência do tribunal.....	159
7.1.2.1.	Questões gerais e modalidades de competência.....	159
7.1.2.2.	A competência externa.....	161
7.1.2.3.	A competência externa. A competência exclusiva.....	172
7.1.2.4.	A competência em razão da matéria e da hierarquia.....	174
7.1.2.5.	Extensão e modificações da competência. A competência para as questões incidentais, prejudiciais e reconventionais.....	175
7.1.2.6.	Violação das regras de competência.....	185
7.1.2.7.	Conflitos de competência e de jurisdição.....	193
7.1.3.	Personalidade judiciária.....	205
7.1.3.1.	Conceito e medida.....	205
7.1.3.2.	Personalidade judiciária da herança jacente e dos patrimónios autónomos semelhantes.....	206
7.1.3.3.	Personalidade judiciária das sucursais.....	208
7.1.3.4.	Personalidade judiciária das pessoas colectivas irregulares.....	209

7.1.3.5.	Efeitos da falta de personalidade judiciária .....	210
7.1.3.6.	Sanação da personalidade judiciária.....	211
7.1.4.	Legitimidade .....	212
7.1.4.1.	Conceito.....	212
7.1.4.2.	Interesses difusos .....	216
7.1.4.3.	Consequências da falta de legitimidade singular.....	218
7.1.5.	Legitimidade plural, litisconsórcio e coligação .....	219
7.1.5.1.	Litisconsórcio .....	219
7.1.5.2.	Classificações do litisconsórcio em sentido estrito ...	220
7.1.5.2.1.	Litisconsórcio voluntário e necessário .....	220
7.1.5.2.1.1.	Litisconsórcio necessário legal entre cônjuges.....	222
7.1.5.2.1.2.	Litisconsórcio necessário convencional e natural .....	224
7.1.5.2.2.	Litisconsórcio subsidiário e alternativo .....	226
7.1.5.3.	Consequências do litisconsórcio voluntário e necessário .....	228
7.1.5.3.1.	Na constituição do litisconsórcio .....	228
7.1.5.3.2.	Efeitos da preterição do litisconsórcio .....	228
7.1.5.3.3.	Sanação da ilegitimidade proveniente da preterição de litisconsórcio necessário .....	228
7.1.5.3.4.	Relevância do litisconsórcio voluntário e necessário.....	229
7.1.5.4.	Coligação e apensação de acções .....	230
7.1.5.4.1.	Requisitos da coligação .....	230
7.1.5.4.2.	Consequências da coligação ilegal .....	233
7.1.6.	O interesse processual ou interesse em agir .....	234
7.1.7.	Manifesta improcedência .....	237
7.1.8.	Caducidade .....	238
7.1.9.	Erro na forma de processo.....	238
7.1.10.	Indeferimento liminar parcial .....	240
7.1.11.	Atitudes possíveis do autor perante o despacho de indeferimento .....	241
7.2.	Despacho de aperfeiçoamento .....	244

7.3.	Despacho de citação .....	247
7.3.1.	Despacho do juiz .....	247
7.3.2.	Citação e notificações .....	248
7.3.3.	Notificações em processos pendentes .....	259
7.3.4.	Efeitos da citação .....	261
7.3.5.	Vícios da citação .....	263
7.3.5.1.	Falta de citação .....	263
7.3.5.2.	Nulidade de citação .....	265
<b>8.</b>	<b>DA INSTÂNCIA</b> .....	<b>269</b>
8.1.	Noção .....	269
8.2.	A causa (principal) e os incidentes .....	269
8.3.	O princípio da estabilidade da instância .....	273
8.3.1.	Excepções: modificações subjectivas da instância .....	273
8.3.2.	Excepções: modificações objectivas da instância .....	282
8.4.	Suspensão, interrupção e extinção da instância .....	284
<b>9.</b>	<b>CONTESTAÇÃO</b> .....	<b>289</b>
9.1.	Falta de contestação .....	289
9.2.	Contestação .....	294
9.2.1.	Apresentação .....	294
9.2.2.	Trâmites .....	294
9.2.3.	Conteúdo da contestação .....	295
9.2.4.	Modalidades de defesa .....	299
9.2.5.	Ónus de impugnação .....	303
9.3.	Reconvenção .....	308
<b>10.</b>	<b>RÉPLICA E TRÉPLICA</b> .....	<b>315</b>
10.1.	Réplica .....	315
10.2.	Tréplica .....	318

<b>11. ARTICULADOS SUPERVENIENTES .....</b>	<b>323</b>
<b>12. SANEAMENTO E CONDENSAÇÃO .....</b>	<b>331</b>
12.1. Noção, estrutura e função .....	331
12.2. Decisões a tomar, eventualmente, antes de se proferir despacho saneador .....	332
12.3. O despacho pré-saneador .....	335
12.4. Tentativa de conciliação .....	344
12.5. Despacho saneador .....	346
12.5.1. Considerações gerais .....	346
12.5.2. Conhecimento das excepções dilatórias .....	350
12.5.2.1. Capacidade judiciária .....	355
12.5.2.1.1. Noções gerais .....	355
12.5.2.1.2. Suprimento da incapacidade judiciária .....	356
12.5.2.1.3. Efeitos e sanção da incapacidade judiciária .....	361
12.5.2.1.4. Cessação da incapacidade judiciária .....	364
12.5.2.2. Patrocínio judiciário .....	364
12.5.2.3. Litispendência e caso julgado .....	374
12.5.3. Conhecimento das nulidades .....	378
12.5.3.1. Conhecimento do pedido .....	390
12.6. Selecção da matéria de facto .....	394
12.6.1. Considerações gerais. Função .....	394
12.6.1.1. Distinção entre a matéria de facto e de direito .....	395
12.6.1.2. Factos simples e juízos conclusivos .....	399
12.6.1.3. Factos essenciais e instrumentais .....	400
12.6.1.4. Factos alegados pelas partes .....	402
12.6.1.5. Factos que interessem à decisão da causa segundo as várias soluções plausíveis da questão de direito .....	403
12.6.2. Factos assentes .....	404
12.6.3. Base instrutória .....	404
12.6.4. Recomendações para a elaboração da selecção da matéria de facto .....	414

12.7.	Meios de prova .....	415
12.7.1.	Valor dos meios de prova .....	415
12.7.2.	Confissão .....	418
12.7.2.1.	Noção e modalidades .....	418
12.7.2.2.	Requisitos .....	419
12.7.2.3.	Força probatória da confissão .....	421
12.7.2.4.	Regras específicas .....	422
12.7.2.5.	O depoimento de parte .....	423
12.7.3.	Prova documental .....	426
12.7.3.1.	Noção .....	426
12.7.3.2.	Força probatória .....	426
12.7.3.2.1.	Força probatória formal .....	426
12.7.3.2.1.1.	Documentos autênticos .....	426
12.7.3.2.1.2.	Documentos particulares .....	427
12.7.3.2.2.	Força probatória material .....	431
12.7.3.2.2.1.	Documentos autênticos .....	431
12.7.3.2.2.2.	Documentos particulares .....	434
12.7.3.3.	Regime processual dos documentos em primeira instância .....	438
12.7.3.3.1.	O procedimento de apresentação dos documentos .....	438
12.7.3.3.2.	O incidente de impugnação de documento e a arguição de falsidade .....	441
12.8.	Reclamações da selecção dos factos assentes e da base instrutória .....	444
12.9.	Valor da selecção dos factos assentes e da base instrutória, com e sem reclamação .....	446
12.10.	Recursos .....	450
<b>13.</b>	<b>INSTRUÇÃO .....</b>	<b>453</b>
13.1.	Considerações gerais .....	453
13.2.	Produção antecipada de prova .....	4551

13.3.	Presunções.....	457
13.4.	Prova pericial .....	458
13.4.1.	Noção, confronto com figuras afins .....	458
13.4.2.	Força probatória .....	459
13.4.3.	Regime processual .....	460
13.4.3.1.	Escolha dos peritos .....	460
13.4.3.2.	Proposição e objecto da prova pericial.....	462
13.5.	Inspecção judicial.....	466
13.5.1.	Noção .....	466
13.5.2.	Regime processual .....	466
13.5.3.	Valor probatório .....	467
13.6.	Prova testemunhal .....	467
13.6.1.	Considerações gerais.....	467
13.6.2.	Capacidade, impedimentos, recusa e escusa a depor.....	469
13.6.3.	Valor probatório .....	471
13.6.4.	Limitações à admissibilidade da prova testemunhal .....	472
13.6.5.	Regime processual .....	475
13.6.5.1.	Apresentação da prova testemunhal.....	475
13.6.5.2.	Local e momento da inquirição.....	477
13.6.5.3.	Substituição de testemunhas .....	483
13.6.5.4.	Produção da prova.....	484
13.6.5.5.	Incidentes da inquirição .....	489
<b>14.</b>	<b>AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO .....</b>	<b>493</b>
14.1.	Considerações gerais.....	493
14.2.	Audiência .....	496
14.2.1.	Causas de adiamento .....	496
14.2.2.	A condução da audiência e os poderes do juiz que preside .....	496
14.2.3.	Actos a realizar na audiência .....	500

14.3.	Julgamento da matéria de facto.....	500
14.4.	Discussão do aspecto jurídico da causa .....	509
<b>15.</b>	<b>SENTENÇA .....</b>	<b>511</b>
15.1.	Considerações gerais.....	511
15.2.	Estrutura.....	512
15.3.	Questões a resolver e ordem do julgamento .....	513
15.4.	Limites da condenação.....	515
15.5.	Poderes de cognição do tribunal .....	517
15.6.	Condenação em multa e indemnização por litigância de má fé .....	519
15.7.	Condenação em custas .....	522
15.7.1.	CPC .....	522
15.7.2.	RCT - normas e tabelas atinentes ao quantitativo das custas, regras de isenção e redução das custas .....	528
15.8.	Vícios e reforma da sentença .....	543
15.9.	Efeitos da sentença.....	551
15.9.1.	Caso julgado.....	551
15.9.2.	Limites do caso julgado .....	554
15.9.2.1.	Limites objectivos .....	554
15.9.2.2.	Limites subjectivos .....	562
<b>16.</b>	<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>567</b>
16.1.	Intervenção principal .....	569
16.1.1.	Intervenção principal espontânea.....	569
16.1.2.	Intervenção principal provocada .....	574
16.2.	Intervenção acessória .....	578
16.2.1.	Intervenção provocada .....	578
16.2.2.	Assistência .....	581
16.3.	Oposição .....	585
16.3.1.	Oposição espontânea.....	585

16.3.2.	Oposição provocada .....	586
16.3.3.	Oposição mediante embargos de terceiro .....	588
<b>17.</b>	<b>PROCEDIMENTOS CAUTELARES</b> .....	<b>595</b>
17.1.	Natureza, função e estrutura .....	595
17.2.	Procedimento cautelar comum .....	598
17.2.1.	Regras gerais .....	598
17.2.2.	Regras do procedimento .....	608
17.3.	Pontos específicos de cada procedimento .....	622
17.3.1.	Restituição provisória da posse .....	622
17.3.2.	Suspensão de deliberações sociais .....	623
17.3.3.	Alimentos provisórios .....	624
17.3.4.	Arbitramento de reparação provisória .....	625
17.3.5.	Arresto .....	626
17.3.6.	Embargo de obra nova .....	628
17.3.7.	Arrolamento .....	630
<b>18.</b>	<b>RECURSOS</b> .....	<b>633</b>
18.1.	Noção de recurso .....	633
18.2.	A orgânica judiciária e os recursos .....	636
18.3.	Classificação de recursos .....	638
18.3.1.	Recursos ordinários e recursos extraordinários .....	638
18.3.2.	Recursos de reexame e recursos de revisão (ou de reponderação) .....	639
18.3.3.	Recursos de cassação, de substituição e mistos .....	641
18.4.	Regime geral dos recursos ordinários .....	643
18.4.1.	Pressupostos processuais específicos dos recursos .....	644
18.4.1.1.	Recorribilidade .....	644
18.4.1.2.	Tempestividade do recurso .....	654
18.4.1.3.	Legitimidade do recorrente .....	656
18.4.2.	As partes no recurso .....	658

18.4.2.1.	Recurso independente e subordinado .....	658
18.4.2.2.	Extensão subjectiva do recurso .....	660
18.4.2.3.	Exclusão objectiva do recurso .....	661
18.4.3.	Objecto do recurso .....	662
18.4.4.	A reclamação dos arts. 595.º a 597.º .....	667
18.5.	A marcha dos recursos ordinários .....	669
18.5.1.	Fase de interposição .....	669
18.5.1.1.	Regime comum .....	669
18.5.1.2.	Recurso para o TSI .....	672
18.5.1.2.1.	Momento de subida .....	672
18.5.1.2.2.	Modo de subida .....	674
18.5.1.2.3.	Efeitos da interposição e da subida do recurso .....	675
18.5.1.3.	Recurso para o TUI .....	679
18.5.1.3.1.	Momento de subida .....	679
18.5.1.3.2.	Modo de subida .....	681
18.5.1.3.3.	Efeitos da interposição e da subida do recurso .....	682
18.5.2.	Fase das alegações e expedição do recurso .....	682
18.5.2.1.	Regime comum .....	682
18.5.2.2.	Recurso para o TSI .....	687
18.5.2.3.	Recurso para o TUI .....	689
18.5.3.	Fase da preparação do julgamento do recurso .....	690
18.5.4.	Fase do julgamento do recurso .....	696
18.5.4.1.	Regime comum .....	696
18.5.4.2.	Recurso para o TSI .....	701
18.5.4.3.	Recurso para o TUI .....	706
18.5.5.	Especificidades das fases de preparação e do julgamento do recurso de uniformização e jurisprudência .....	709
18.6.	Recurso de revisão .....	712
18.7.	Oposição de terceiro .....	723